



**Participação, por parte da Junta de Freguesia de Gáfete, na consulta pública sobre o a Proposta de Definição de Âmbito (PDA) Projeto da Central Fotovoltaica de Gáfete e Linha de Muito Alta Tensão associada**

A Junta de Freguesia de Gáfete considera que o projeto da Central Fotovoltaica de Gáfete, bem como a respetiva Linha de Alta Tensão Associada, levanta preocupações relevantes ao nível dos impactes sobre recursos naturais, patrimoniais e turísticos do território. Acresce a esta preocupação a ausência de uma definição clara dos benefícios económicos diretos para a Freguesia e sua População.

Neste contexto, entende-se que o projeto deve ser acompanhado de um conjunto abrangente e rigoroso de estudos técnicos, de natureza ambiental e operacional, não se limitando apenas a questões do ordenamento do território. Em particular, o estudo de impacte ambiental deverá incluir uma análise aprofundada da caracterização dos solos, contemplando aspetos como a estabilidade, suscetibilidade à erosão e aptidão agrícola. De igual forma, importa avaliar detalhadamente os recursos hídricos, dada a sua enorme importância. No que respeita aos sistemas ecológicos, torna-se essencial a realização de um inventário exaustivo da flora e da fauna existentes, bem como a identificação de habitats e corredores ecológicos que possam ser afetados. Deve ainda ser considerada a dimensão paisagística e visual, avaliando o impacto da central fotovoltaica e das infraestruturas associadas sobre a paisagem envolvente.

Outros fatores igualmente relevantes incluem a qualidade do ar e as implicações ao nível das alterações climáticas, designadamente através do aumento da temperatura em zonas contíguas à exploração. Os impactos socioeconómicos devem ser devidamente estudados, incluindo a utilização atual dos solos agrícolas e o eventual contributo para a criação de emprego.

Por fim, e não menos importante, sublinha-se a avaliação do património cultural, nomeadamente no que se refere a vestígios arqueológicos ou de edificações tradicionais/religiosas de forte tradição local, como é a ermida de São Marcos, na área de implementação do projeto.



A Junta de Freguesia de Gáfete reforça que todos os estudos são fundamentais para uma avaliação completa, transparente e equilibrada dos impactes, tanto positivos como negativos, do referido empreendimento. Acresce ainda que, tendo em conta o enquadramento territorial em espaço agrícola e ambiental, deverão ser assegurados os respetivos estudos sectoriais específicos, em conformidade com a legislação aplicável.

A Junta de Freguesia, como forma de defender os interesses da sua população, acresce a esta participação outras preocupações, recomendações e propostas, a saber:

Em relação à energia e infraestruturas locais entende como fundamental que uma parte, considerável, da energia produzida venha a traduzir-se em vantagens concretas para a população, através da redução dos custos com a eletricidade. Tal poderá passar pela criação de condições mais favoráveis no acesso à eletricidade para os residentes, bem como pelo reforço do abastecimento a equipamentos públicos. Defende-se igualmente a instalação de infraestruturas que promovam a mobilidade sustentável, nomeadamente postos de carregamento de veículos elétricos em espaço público, bem como a disponibilização de sistemas fotovoltaicos para edifícios de instituições locais, como a Santa Casa da Misericórdia de Gáfete e outras sedes de Associações da Freguesia.

Em relação ao emprego e dinamização local verifica-se o impacte ao nível do emprego direto se encontra essencialmente limitado à fase de construção da central. Neste sentido, considera-se essencial promover a criação de oportunidades de trabalho duradouras, através da articulação com a população local, incentivando a sua integração também na fase de exploração e manutenção do projeto.

Em relação ao turismo e sustentabilidade, a proposta apresentada não evidencia uma estratégia clara de valorização do setor turístico local. O Executivo da Junta de Freguesia entende que deveriam ser consideradas iniciativas que integrem componentes pedagógicas, ambientais ou ecoturísticas, potenciando o projeto como elemento de valorização do território.



Relativamente à rede viária e às acessibilidades, considera-se indispensável a beneficiação dos caminhos existentes, como reforço e melhoria das condições de circulação.

Por fim, importa que referir que a Junta de Freguesia de Gáfete não emite um parecer favorável nem desfavorável ao projeto em apreço. Todavia, manifesta um conjunto alargado de reservas e preocupações que não podem ser desconsideradas no âmbito da sua avaliação global. Em particular, subsistem dúvidas relevantes quanto ao impacte paisagístico previsto, o qual se afigura de elevada magnitude e potencialmente desarmonioso com a identidade territorial e os valores paisagísticos da Freguesia.

Neste contexto, e não obstante a ausência de um parecer formalmente desfavorável, a Junta de Freguesia de Gáfete entende ser imprescindível que estas matérias sejam objeto de análise aprofundada, devidamente fundamentada em estudos técnicos rigorosos e atualizados, assegurando-se a adoção de medidas de mitigação eficazes e proporcionais. Defende ainda que o processo decisório deve pautar-se por critérios de sustentabilidade ambiental, salvaguarda dos valores naturais e respeito pelo equilíbrio entre desenvolvimento e conservação, garantindo-se, assim, a proteção dos interesses da comunidade local e das gerações futuras.

Gáfete, 15 de abril de 2026

O Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete

Alexandre Manuel Palma Trindade